



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 3/9/2015

Presidência do Deputado Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Ulysses Gomes – Anselmo José Domingos – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Bosco – Celinho do Sinttrocel – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Fred Costa – Geisa Teixeira – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Nozinho – Roberto Andrade – Tiago Ulisses.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – Às 14h5min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/8/2015

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Professor Neivaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença da deputada Celise Laviola. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.084/2015, dos deputados Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire e Professor Neivaldo, da deputada Cristina Corrêa, do deputado Elismar Prado, da deputada Marília Campos, dos deputados Ulysses Gomes e Durval Ângelo, da deputada Geisa Teixeira e dos deputados Paulo Lamac e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para debater a ação da Polícia Militar de Minas Gerais durante as recentes manifestações que ocorreram no Estado;

nº 3.085/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja enviado voto de congratulações com o desembargador Pedro Bitencourt pela criação do Cejus Social, que visa estabelecer diálogo e encontrar soluções para os conflitos que envolvem as ocupações urbanas e rurais;



nº 3.086/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ao Governo do Estado, à Secretaria de Defesa Social e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para analisar e priorizar a nomeação dos aprovados excedentes no concurso público de 2013 para médico legista, perito criminal e outros cargos, considerando-se a grande demanda por esses profissionais no Estado;

nº 3.087/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Ten.-Cel. Jean Franco, comandante do Batalhão de Choque, manifestação de protesto pela detenção do adolescente Facundo Lorenzo, membro do Grêmio Estudantil da Escola da Serra, durante as manifestações do dia doze de agosto;

nº 3.088/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Ten.-Cel. Jean Franco, comandante do Batalhão de Choque, manifestação de protesto pela detenção do adolescente Pedro Casanova, durante as manifestações do dia doze de agosto;

nº 3.089/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Ten.-Cel. Jean Franco, comandante do Batalhão de Choque, manifestação de protesto pelos ferimentos causados em vários jovens, entre eles Maria Clara Gontijo, durante as manifestações do dia doze de agosto;

nº 3.091/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Ten.-Cel. Jean Franco, comandante do Batalhão de Choque, manifestação de protesto pelos ferimentos causados em vários jovens, entre eles Mateus Espeschit Fassarella, durante as manifestações do dia doze de agosto;

nº 3.092/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao Ten.-Cel. Jean Franco, comandante do Batalhão de Choque, manifestação de protesto pelos ferimentos causados em vários jovens, entre eles João Lucas Baptista Espeschit, durante as manifestações do dia doze de agosto.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Durval Ângelo – Carlos Pimenta.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA INDICAÇÃO DE DANIEL LISBENI MARRA FONSECA PARA O CARGO DE DIRETOR-GERAL DO IGTEC, EM 18/8/2015

Às 15h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Neivaldo, Paulo Lamac e Cássio Soares (substituindo o deputado Wander Borges, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Cristina Corrêa. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Neivaldo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Paulo Lamac, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do indicado, apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Daniel Lisbenni Marra Fonseca e para proceder à sua arguição, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença do deputado Fábio Cherem (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 16/2015 (relator: deputado Paulo Lamac). Cumprida a finalidade da reunião e da comissão, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2015.

Professor Neivaldo, presidente – Fábio Cherem – Paulo Lamac.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATUR, EM 8/9/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 618/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o número de entidades que aguardam credenciamento no programa Aliança pela Vida, o cronograma de aprovação de negativas e a situação em que se encontra cada processo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 619/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Aliança pela Vida, o número de entidades que solicitaram mudança no contrato do Módulo I para o Módulo II, o *status* de cada processo de mudança no contrato, os prazos para a efetivação dos contratados e o impedimento de internação em comunidades terapêuticas contratadas a partir de janeiro deste ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 621/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os motivos da suspensão do edital de credenciamento das comunidades terapêuticas no âmbito do programa Aliança pela Vida, a reabertura desse edital e a definição dos prazos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 632/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral do Estado pedido de informações sobre o cumprimento de termos de ajustamento de conduta celebrados pela Phoenix Mineração e Comércio no que se refere à redução de impostos ambientais e de tráfego causados pela atividade da citada empresa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 655/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas em relatório da execução orçamentária do programa Bolsa Verde, desde a sua criação, para subsidiar audiência pública a se realizar nesta Casa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 662/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações sobre os impactos para o consumidor final da vigência da Lei nº 21.527, de 2014, que determinou a redução, de 19% para 14%, da alíquota do ICMS incidente sobre operações internas com álcool combustível. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 663/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig Distribuição pedido de informações sobre a possibilidade de racionamento de energia elétrica na Região Metropolitana de Belo Horizonte e o fornecimento de energia elétrica para empreendimentos hoteleiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 680/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o cronograma das obras de reforma e ampliação do aeroporto de Patrocínio, o prazo para retomada das obras, o valor global e o valor despendido até o momento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 722/2015, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações consubstanciadas em certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental para a atividade de extração mineral vigentes no Estado, vencidos ou encerrados nos últimos cinco anos; certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de licenciamento ambiental vigentes, arquivados, negados ou em tramitação que tenham como objeto a construção e operação de minerodutos no Estado; certidão de inteiro teor com todas as autuações e multas aplicadas a empreendimentos minerários no Estado por quaisquer dos órgãos de fiscalização ligados a essa secretaria, assim como as notificações de descumprimento de condicionantes e demais documentos de natureza similar; certidão de inteiro teor contendo todas as autorizações para intervenção em áreas de preservação permanentes emitidas pelos órgãos ligados a essa secretaria ou pela própria; e certidão de inteiro teor e cópia integral de todos os processos de emissão ou dispensa de outorga sobre uso ou intervenção em recursos hídricos e outros direitos outorgados ou dispensados pelo Igam para atividades de extração e processamento mineral e minerodutos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 747/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a regularização dos repasses de recursos da saúde aos municípios da macrorregião Norte do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 775/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente pedido de informações sobre o licenciamento corretivo do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em especial quanto à compensação ambiental e demais ações decorrentes de preservação do meio ambiente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 777/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a carreira dos agentes de combate a endemias: piso salarial pago pelo governo do Estado; plano de cargos e carreira; montante pago pelo governo do Estado aos agentes que receberam o piso salarial em 2014; previsão de piso salarial a ser pago nos anos de 2015 e 2016; cursos disponíveis para formação e capacitação da categoria. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 780/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os programas desenvolvidos; a previsão de ações e financiamento da atenção à pessoa com deficiência no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – Suas; a qualificação profissional e a inclusão no mercado de trabalho para pessoa com deficiência e a incorporação das Apaes como prestadoras de serviços do Suas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 781/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil e ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de informações sobre o índice de criminalidade no Município de Mutum, bem como sobre o número de inquéritos e denúncias realizadas, tendo em vista o teor da Mensagem nº 48.606, encaminhada em 20/4/2015 pelo Sistema de Interação com o Cidadão desta Casa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 782/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a previsão do pagamento do Prêmio de Produtividade do ano de 2013 aos servidores do Poder Executivo, considerando as inúmeras indagações encaminhadas a esta Casa, notadamente pelos servidores da Defesa Social. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 807/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido das informações que menciona, referentes à ocorrência de 50 homicídios em Juiz de Fora no período de 1º de janeiro a 5 de maio de 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 854/2015, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações acerca dos empenhos cancelados relacionados às despesas realizadas, bem como das despesas realizadas sem o devido empenho prévio, detalhadamente relacionadas e com as respectivas justificativas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 882/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a possibilidade de racionamento de água na Região Metropolitana de Belo Horizonte e o fornecimento de água para empreendimentos hoteleiros. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 886/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre o relatório completo de trabalho realizado em 57 hospitais de 36 municípios visitados pelo Ministério Público. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 892/2015, da Comissão de Saúde, que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações quanto aos termos dos Convênios nºs 681/2010 e 2.370/2013, firmados entre a Irmandade do Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas e o governo do Estado, destinados à construção da segunda etapa da unidade de alta complexidade em oncologia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 893/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a agenda prevista para as unidades móveis de mamografia no ano de 2015 para as regiões Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 898/2015, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao conselheiro-presidente do Tribunal de Contas pedido de informações sobre a expedição de diplomas supostamente falsos expedidos pela Uemg para os cursos ofertados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada a essa comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 899/2015, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao reitor da Uemg pedido de informações sobre a expedição de diplomas supostamente falsos expedidos pela universidade para os cursos ofertados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola, conforme denúncia encaminhada a essa comissão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 901/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a incidência de câncer no Município de Campo Belo, em comparação com a média estadual e nacional; e sobre as possíveis causas da doença na região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 906/2015, das Comissões do Trabalho e de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à diretora do Detran-MG pedido de informações sobre a fiscalização das concessionárias de veículos em relação à cobrança pelo serviço de registro e licenciamento de veículos novos, tendo em vista o disposto no art. 3º, § 2º, da Portaria 708, de 11 de maio de 2012, do Detran-MG. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 908/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral do Tribunal de Justiça pedido de informações, acompanhado das notas taquigráficas da 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em Barbacena, sobre as apurações das denúncias apresentadas contra o Sr. Joaquim Martins Gamonal, juiz da Vara de Família e Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Barbacena. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.021/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os investimentos e recursos financeiros aplicados em proteção de nascentes e a relação dos municípios beneficiados, conforme o disposto na Lei nº 12.503, de 1997. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 14/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antonio França Sette Pinheiro para o cargo de diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais – Ipem-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 16/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Daniel Lisbeni Marra Fonseca para o cargo de diretor-geral do Instituto de Geoinformação e Tecnologia – IGTEC. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 17/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Francisco Vieira de Seniuk para o cargo de diretor-geral do Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais – Detel-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 18/2015, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Diogo Soares de Melo Franco para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase



(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2015, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que altera os arts. 64 e 67 da Constituição do Estado (Permite a apresentação de propostas de emenda à Constituição de iniciativa popular.). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 274/2015, do deputado Paulo Lamac, que institui a Semana da Conscientização e Combate à Automedicação e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.545/2015, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 264/2015, do deputado Inácio Franco, que altera a Lei nº 20.304, de 26 de julho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 423/2015, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 618/2015, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Jaboticatubas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 974/2015, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.006/2015, do deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brás Pires o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.092/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.552/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.497, de 19 de maio de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.609/2015, do deputado Adalclever Lopes, que autoriza a cessão de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Conceição dos Ouros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Audiência pública para debater a implantação da bilhetagem eletrônica nos táxis-lotação, em Belo Horizonte.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 8/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.103/2015, do deputado Adalclever Lopes; 1.560/2015, do deputado Tito Torres, e Requerimentos nºs 1.928 e 1.976/2015, do deputado Douglas Melo; 1.939/2015, do deputado Thiago Cota; 2.114/2015, do deputado Ivair Nogueira; e 2.122/2015, da deputada Ione Pinheiro.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.039/2015, do deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 8/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 8/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 2.099/2015, do deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 8/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.015/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.131 e 2.144/2015, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/9/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 8/9/2015, às 8h30min e às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.793/2015, do deputado Fred Costa; os Pareceres sobre Emendas aos Projetos de Lei nºs 484/2015, do deputado Cabo Júlio, e 2.544/2015, do governador do Estado; e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 425/2015, do deputado Paulo Guedes; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Rogério Correia, Thiago Cota e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 8/9/2015, às 14 e às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres sobre as Mensagens nºs 60 a 71/2015, do governador do Estado; o Parecer para 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.793/2015, do deputado Fred Costa; os Pareceres sobre Emendas aos Projetos de Lei nºs 484/2015, do deputado Cabo Júlio, 2.544/2015, do governador do Estado, 425/2015, do deputado Paulo Guedes, e 2.720/2015, do governador do Estado; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.720/2015****Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe “altera a Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação – FEH, criado pela Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995.”

Publicada no *Diário do Legislativo* de 14/8/2015, foi a proposição distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe pretende modificar a Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação – FEH. Segundo a mensagem do governador que encaminha o projeto, “a proposição objetiva a inclusão de dois incisos ao art. 4º da Lei nº 19.091, visando incluir como modalidades de intervenção, além daquelas já previstas na lei, a concessão de subsídio temporário para auxílio habitacional, bem como a concessão emergencial de auxílio à remoção de ocupações irregulares”. Afirma ainda que “as referidas modalidades são importantes instrumentos para viabilizar a atuação do governo em questões de conflitos fundiários urbanos e rurais, na medida em que possibilitarão ao Estado minimizar os impactos causados pelas ações de reintegração de posse a curto prazo”.

A matéria objeto da proposição em estudo se insere no domínio de competência legislativa estadual, consoante o previsto no inciso I do art. 24 da Constituição da República, que estabelece a competência concorrente para legislar sobre direito financeiro. Relativamente à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, nada há, no caso, que impeça a tramitação do projeto nesta Casa Legislativa.

Além disso, a Lei Federal nº 11.124, de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS –, tem como objetivos: viabilizar, para a população de menor renda, o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável; implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor habitacional.

No plano estadual, a Lei nº 19.091, de 2010, que dispõe sobre o FEH, criado pela Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995, no seu art. 2º estabelece que o fundo tem como objetivo dar suporte financeiro para a implantação e a execução de programas vinculados a políticas habitacionais de interesse social para a população de baixa renda e, nos termos dos incisos I e III do art. 3º da lei Complementar nº 91, de 2006, exercerá as funções programática e de financiamento.



Os incisos que se pretende inserir na Lei nº 19.091, de 2010, serão acrescentados ao seu art. 4º, que define programa de habitação de interesse social para os fins da lei como aquele cujos beneficiários sejam famílias de baixa renda e cujos recursos sejam destinados a atender às modalidades de intervenção que elenca.

Conforme mencionado, de acordo com a modificação pretendida, serão também modalidades de intervenção que darão ensejo à utilização de recursos do fundo para concessão de subsídio temporário para auxílio habitacional, na forma e nas condições previstas em regulamento, e para concessão emergencial de auxílio a remoção de ocupações irregulares.

Assim sendo, observamos que a Lei Complementar nº 91, de 19 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a instituição, gestão e extinção de fundos estaduais, estabelece em seu art. 4º, I, II e IV, que a lei de criação do fundo estabelecerá suas funções e seus objetivos; sua forma de operação, incluindo os requisitos para a liberação de recursos; e a indicação de seus beneficiários. Dessa forma, o projeto atende às exigências previstas na referida lei complementar para a liberação de recursos para os fins pretendidos.

A Lei nº 19.091, de 2010, ao definir as funções do FEH, prevê que a função programática é destinada à liberação de recursos não reembolsáveis para município, para entidade integrante da administração indireta de município que implemente programa habitacional destinado a famílias de baixa renda e para a execução de programa especial de trabalho da administração pública estadual (art. 2º, I).

Dessa forma, conclui-se que a concessão dos benefícios contidos no projeto poderá ser dirigida apenas a município ou entidade de sua administração indireta, bem como a programa especial de trabalho da administração pública estadual, ou seja, está impossibilitada a transferência de recursos diretamente a famílias de baixa renda.

Tendo em vista que os auxílios para habitação e remoção são usualmente destinados diretamente a famílias atingidas pelas situações que justificam seu pagamento, e sem perder de vista os objetivos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, propomos a alteração do projeto, de forma a incluir esses beneficiários na função programática do fundo, permitindo o pagamento direto. Em razão dessa alteração, faz-se necessária, também, a alteração do art. 8º da mesma lei, uma vez que não é razoável a exigência de contrapartida no caso de liberação de recursos para famílias de baixa renda em situação emergencial.

Além disso, sugerimos outras alterações na redação original do projeto. No caso do inciso XI, propomos que seja remetida a regulamento a definição do prazo durante o qual será concedido o benefício, uma vez que é temporário, e, no caso do inciso XII, propomos a inserção da previsão de que a concessão do auxílio à remoção se dará conforme regulamento, nos moldes do inciso XI.

Conclusão

Com fundamento nos argumentos expendidos, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.720/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir apresentado.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Altera a Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Habitação – FEH –, criado pela Lei nº 11.830, de 6 de julho de 1995.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O inciso I do art. 2º e a alínea “c” do inciso I do art. 8º da Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

I – programática, destinada à liberação de recursos não reembolsáveis para famílias de baixa renda, para município, para entidade integrante da administração indireta de Município que implemente programa habitacional destinado a famílias de baixa renda e para a execução de programa especial de trabalho da administração pública estadual;

(...)

Art. 8º – (...)

I – (...)

c) a exigência de contrapartida do beneficiário de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do financiamento, expressa, isolada ou cumulativamente, em recursos financeiros, materiais ou serviços a serem aportados diretamente pelo beneficiário ou indiretamente, por meio de instituições parceiras, na execução do respectivo programa habitacional, a critério do agente financeiro, exceto nos casos previstos nos incisos XI e XII do art. 4º;”

Art. 2º – Ficam acrescentados ao art. 4º da Lei nº 19.091, de 30 de julho de 2010, os seguintes incisos XI e XII:

“Art. 4º – (...)

XI – concessão de subsídio temporário para auxílio habitacional, na forma, no prazo e nas condições previstas em regulamento;

XII – concessão emergencial de auxílio para remoção de ocupações irregulares, conforme dispuser regulamento.”

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente e relator – Felipe Attiê – Cristiano Silveira – Tony Carlos – Bonifácio Mourão (voto contrário).



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais pelos 45 anos da sua fundação (Requerimento nº 1.614/2015, do deputado Geraldo Pimenta);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/7/2015, em Indaiabira, que resultou na apreensão de armas de fogo, gaiolas, armadilhas para caça e munição e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 1.654/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 62º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/7/2015, em Caratinga, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 1.655/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/7/2015, em Uberaba, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 1.656/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 39º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/7/2015, em Contagem, que resultou na apreensão de drogas, munição, quantia em dinheiro, balança e celulares e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 1.657/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 16º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/7/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de 48 pés de maconha (Requerimento nº 1.684/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/7/2015, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de arma de fogo, drogas e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 1.685/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 30º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/7/2015, em Montalvânia, que resultou na apreensão de drogas, quantia em dinheiro, objetos de valor e na prisão de um homem (Requerimento nº 1.686/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 25º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/7/2015, em Paraopeba, que resultou na apreensão de drogas e veículos e na prisão de quatro pessoas (Requerimento nº 1.687/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 62º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/7/2015, em Caratinga, que resultou na apreensão de drogas, balança e quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 1.688/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o Sete de Setembro Futebol Clube, de Cruzília, pelos 100 anos de sua história (Requerimento nº 1.690/2015, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 62º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/7/2015, em Caratinga, que resultou na apreensão de um menor e armas de fogo e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 1.709/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 51º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/7/2015, em Monte Azul, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição quantia em dinheiro, garrafas com combustível e celulares e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 1.710/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 47º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/7/2015, na Rodovia BR-356, em Muriaé, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, arma branca e coldre de *nylon* e na prisão de duas pessoas (Requerimento nº 1.711/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 7º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/7/2015, em Bom Despacho, que resultou na apreensão de drogas e quantia em dinheiro e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 1.712/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 36º Batalhão de Polícia Militar e na Companhia Independente de Policiamento com Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/7/2015, em São José da Lapa, que resultou na apreensão de celulares, câmera digital, arma branca, quantia em dinheiro, drogas, balança de precisão e arma de fogo e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 1.713/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/8/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas e balança de precisão e na prisão de um homem (Requerimento nº 1.745/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 26º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/8/2015, em Itabira, que resultou na apreensão de drogas e na prisão de um homem (Requerimento nº 1.746/2015, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais civis que menciona, lotados no Departamento de Investigação Antidrogas e na 6ª Delegacia Especializada de Repressão Antidrogas, pela atuação na operação Riacho Limpo, em Contagem, em 10/7/2015, que resultou na apreensão de drogas e veículos e na prisão de uma pessoa (Requerimento nº 1.751/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 12ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar e no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/7/2015, em Ipatinga, que resultou na apreensão de arma de fogo, explosivos, balança e droga e na prisão de um homem (Requerimento nº 1.753/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 13ª Companhia Independente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/7/2015, em Arcos, que resultou na apreensão de drogas e quantia em dinheiro e na detenção de cinco pessoas (Requerimento nº 1.754/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o Sr. Evandro Carlos da Silva, professor e atleta, pelo destaque obtido na competição Open Internacional de Boston, nos Estados Unidos, onde conquistou três medalhas (Requerimento nº 1.763/2015, do deputado Bosco);



de aplauso ao 1º Sgt. PM Flávio Donizetti Godoi dos Santos, lotado no 3º Grupamento do 2º Pelotão da 79ª Cia. PM/20ª Cia. PM Independente, pela brilhante iniciativa que culminou na implantação de sistema de videomonitoramento em Guaraniópolis (Requerimento nº 1.766/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/7/2015, em Frutal, que resultou na apreensão de droga e na detenção de cinco pessoas (Requerimento nº 1.767/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 54º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/7/2015, em Ituiutaba, que resultou na apreensão de grande quantidade de droga e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 1.768/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 9ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/7/2015, em Uberlândia, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, veículo, quantia em dinheiro, armas brancas, balanças de precisão e outros materiais e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 1.769/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 16ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/7/2015, em Unaí, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição e material de caça e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 1.770/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar e na Companhia Independente de Policiamento com Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 19/7/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de arma de fogo, munição, drogas, celulares, balanças e quantia em dinheiro em moeda nacional e estrangeira e na detenção de uma pessoa (Requerimento nº 1.771/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 2ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 20/7/2015, em Contagem, que resultou na apreensão de um menor, drogas, armas de fogo, uma arma branca, uma balança digital, um binóculo e quantia em dinheiro (Requerimento nº 1.772/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 8º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 20/7/2015, em Lavras, que resultou na apreensão de drogas, celulares, balança de precisão, quantia em dinheiro e munição e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 1.773/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 20º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 20/7/2015, em Pouso Alegre, que resultou na apreensão de um menor, drogas, quantia em dinheiro e celular (Requerimento nº 1.774/2015, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona pela atuação na operação, em 20/7/2015, em Pará de Minas, que resultou na apreensão de grande quantidade de maconha e na prisão de uma pessoa (Requerimento nº 1.775/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 15º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23/7/2015, em Patos de Minas, que resultou na apreensão de 13kg de maconha e na detenção de duas pessoas (Requerimento nº 1.782/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 5º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/7/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas e de quantia em dinheiro e na detenção de três pessoas (Requerimento nº 1.783/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 54º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/7/2015, em Canápolis, que resultou na apreensão de dois menores e de drogas (Requerimento nº 1.784/2015, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos atletas mineiros que representam o Brasil nos Jogos Pan-Americanos de 2015 realizados em Toronto, no Canadá (Requerimento nº 1.794/2015, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com o Grupo Corpo pelo seu 40º aniversário (Requerimento nº 1.798/2015, do deputado Wander Borges);

de aplauso a Julia Fernandes Rodrigues Macedo pelo Projeto Lacre do Bem, que venceu o Prêmio Bom Exemplo 2014 na categoria Cidadania, e pela campanha que arrecadou grande quantidade de lacres de alumínio, recolhidos por uma multidão solidária e transformados na entrega de cadeiras de rodas a várias instituições mineiras (Requerimento nº 1.800/2015, do deputado Wander Borges);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no 22º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/7/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, arma de fogo, munição, carregadores e balança de precisão (Requerimento nº 1.807/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 26/7/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas e celular (Requerimento nº 1.808/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais civis que menciona, lotados no Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa, na Divisão Especializada de Investigação de Crimes contra a Vida, pela atuação na ocorrência, em 30/7/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de quantia em dinheiro, drogas e arma de fogo e na prisão de um homem (Requerimento nº 1.809/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a empresa Laticínios Vitória pela conquista do 1º lugar na categoria gouda, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.812/2015, do deputado Paulo Lamac);



de congratulações com a empresa Cooperativa Agropecuária Vale do Paracatu pela conquista do 2º lugar na categoria parmesão e do 3º lugar na categoria doce de leite, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.813/2015, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a empresa Usina de Beneficiamento Paiolzinho pela conquista do 2º lugar na categoria gouda e do 3º lugar pelo queijo O Encantado na categoria destaque especial, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.814/2015, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a empresa Laticínios Dois Irmãos pela conquista do 3º lugar na categoria gouda, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.815/2015, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a empresa Laticínios Cruziliense pela conquista do 2º lugar na categoria gorgonzola, do 1º lugar pelo queijo Silvestre e do 2º lugar pelo queijo Santo Antônio Casamenteiro, ambos na categoria destaque especial, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.816/2015, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a empresa Laticínios D'Annita pela conquista do 3º lugar na categoria gorgonzola, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.817/2015, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a empresa Lumen Comércio e Indústria Alimentícia pela conquista do 1º lugar na categoria minas padrão, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.818/2015, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a empresa Laticínios PJ pela conquista do 2º lugar na categoria provolone e do 2º lugar na categoria prato, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.819/2015, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a Agroindústria Passa Cinco pela conquista do 3º lugar na categoria provolone, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.820/2015, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a Laticínios Curral de Minas pela conquista do 3º lugar na categoria queijo reino, do 3º lugar na categoria requeijão cremoso e do 2º lugar na categoria manteiga de primeira qualidade, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.821/2015, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Conselheiro Pena pela premiação em 3º lugar na categoria queijo prato, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.822/2015, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a Laticínios Fazenda Real pela premiação em 1º lugar na categoria requeijão cremoso, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.823/2015, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a Cooperativa Mista Agropecuária de Patos de Minas pela premiação em 2º lugar na categoria requeijão cremoso, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.824/2015, do deputado Paulo Lamac);

de congratulações com a Fundação Arthur Bernardes pela premiação em 1º lugar na categoria doce de leite, no Concurso Nacional de Produtos Lácteos, realizado durante o Minas Láctea 2015 (Requerimento nº 1.825/2015, do deputado Paulo Lamac);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 207ª Cia. TM e 55ª Cia. PM, pela atuação na ocorrência, em 6/8/2015, em Monsenhor Paulo, que resultou na apreensão de um menor, armas de fogo, munição, veículos, explosivos, carregadores e quantia em dinheiro e na prisão de seis pessoas (Requerimento nº 1.881/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 1ª Cia. Rotam, pela atuação na ocorrência, em 10/8/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um menor, drogas, balança, quantia em dinheiro, armas de fogo, carregadores, munição e material para dolagem e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 1.888/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 263ª e na 264ª Cias. PM, na 17ª Cia. M ESP e na 17ª Cia. PM IND MAT, pela atuação na ocorrência, em 10/8/2015, em Gonçalves, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, veículos e quantia em dinheiro e na prisão de cinco pessoas (Requerimento nº 1.889/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os agentes de segurança prisionais e com os oito policiais militares lotados no 1º Pelotão Rotam pela prisão de um homem que se passava por agente penitenciário em Juiz de Fora, portando falsa identidade da Secretaria de Defesa Social, equipamentos e uniforme do Sistema Prisional (Requerimento nº 1.912/2015, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com a Academia Araxaense de Letras pelo seu cinquentenário (Requerimento nº 1.927/2015, da Comissão de Cultura);

de aplauso à Rede Record Minas, ao jornalista e apresentador Carlos Viana e a toda a equipe de reportagem e produção pela realização da série de reportagens intitulada *Colapso na saúde*, exibida no programa *MG Record*, de 27 a 31/7/2015 (Requerimento nº 1.973/2015, da Comissão de Saúde);

de congratulações com a Sra. Marinete Azevedo, diretora da escola do Centro Socioeducativo de Justinópolis, em Ribeirão das Neves, pelo excelente trabalho realizado no estabelecimento, onde 98 adolescentes que cumprem medida de internação frequentam a escola em tempo integral, cursando as disciplinas convencionais pela manhã e, à tarde, de forma articulada com esses conteúdos, trabalhando com oficinas de arte, música, esporte, orientação aos estudos e profissionalização (Requerimento nº 1.975/2015, da Comissão de Segurança Pública);

de protesto contra a detenção do adolescente Facundo Lorenzo, durante as manifestações de 12/8/2015, a ser encaminhada ao Ten.-Cel. Jean Franco, comandante do Batalhão de Choque da PMMG (Requerimento nº 2.058/2015, da Comissão de Direitos Humanos);

de protesto contra a detenção do adolescente Pedro Casanova, durante as manifestações de 12/8/2015, a ser encaminhada ao Ten.-Cel. Jean Franco, comandante do Batalhão de Choque da PMMG (Requerimento nº 2.059/2015, da Comissão de Direitos Humanos);



de protesto contra os ferimentos causados a vários jovens, entre os quais Maria Clara Gontijo, durante as manifestações de 12/8/2015, a ser encaminhada ao Ten.-Cel. Jean Franco, comandante do Batalhão de Choque da PMMG (Requerimento nº 2.060/2015, da Comissão de Direitos Humanos);

de protesto contra os ferimentos causados a vários jovens, entre os quais Mateus Espeschit Fassarella, durante as manifestações de 12/8/2015, a ser encaminhada ao Ten.-Cel. Jean Franco, comandante do Batalhão de Choque da PMMG (Requerimento nº 2.061/2015, da Comissão de Direitos Humanos);

de protesto contra os ferimentos causados a vários jovens, entre os quais João Lucas Baptista Espeschit, durante as manifestações de 12/8/2015, a ser encaminhada ao Ten.-Cel. Jean Franco, comandante do Batalhão de Choque da PMMG (Requerimento nº 2.062/2015, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o Sr. Pedro Bitencourt, desembargador, pela criação do Cejus Social, que visa estabelecer diálogo e encontrar soluções para os conflitos que envolvem as ocupações urbanas e rurais (Requerimento nº 2.063/2015, da Comissão de Direitos Humanos).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 31/8/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

nomeando Rosenyr Cristina de Paula da Rocha para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Gabinete do Deputado Cabo Júlio

exonerando, a partir de 8/9/2015, Tania Regina da Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Paulo Lamac

exonerando, a partir de 8/9/2015, José Henrique de Oliveira Neto do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

exonerando, a partir de 8/9/2015, Maria das Graças do Valle Librelon do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Carolina Spyer Vieira Assad para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 4 horas;

nomeando José Henrique de Oliveira Neto para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Maria das Graças do Valle Librelon para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Thais Ribeiro de Paula para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Comissão de Constituição e Justiça.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, e 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, e 21.697, de 25/5/2015, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 3/8/2015, o servidor José Alair Vieira da Silva, CPF nº 328.369.886/49, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-43, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.



ERRATA

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.033/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 4/9/2015, na pág. 8, onde se lê:

“Leonídio Bouças, presidente – Bonifácio Mourão, relator – Tony Carlos – Cristiano Silveira”, leia-se:

“Leonídio Bouças, presidente e relator – Bonifácio Mourão – Tony Carlos – Cristiano Silveira”.